



Relatório de Atividades

2021/2022

SUMÁRIO

DOCUMENTO LEGAL DE REGISTRO	3
COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA (NO ANO DE 2021).....	3
Atividades desenvolvidas no biênio 2019/ 2020	4
I. Projeto Minhocuçu	5
II. Projeto Pequii.....	7
III. Pesquisa “Tecnologia Social da Coleta Seletiva Solidária”	12
III.1 Projeto de Pesquisa “THE ROLE OF THE INFORMAL RECYCLING SECTOR ON CLOSING THE LOOPS TO SUSTAINABLE CITIES – IRS-CESC”	Erro! Indicador não definido.
IV. Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária	13
V- Assessoria Técnica Independente para os atingidos pelo rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão da VALE S.A. em Brumadinho/MG na Região 3	16

IDENTIFICAÇÃO

Nome/ Razão Social: **INSTITUTO SUSTENTAR INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SUSTENTABILIDADE / INSTITUTO INTERDISCIPLINAR DE SUSTENTABILIDADE**

CNPJ: 07.972.773/0001-89

Endereço: *Avenida Hum 2863, Jangada, Distrito de Casa Branca, CEP 35 460-000*

Cidade/ UF: *Brumadinho/MG*

Telefone / WhatsApp (031)9793-0428/ (031) 9489-1427

Email: contato@sustentar.org.br

Site: www.sustentar.org.br

Redes sociais: <https://www.facebook.com/pequieminhocucu/>

DOCUMENTO LEGAL DE REGISTRO

PRIMEIRO REGISTRO LEGAL DA ENTIDADE

Número do Registro no livro: *nº 120.725, Livro A*

Cartório: *Registro Civil das Pessoas Jurídicas em Belo Horizonte*

Município/ UF: *Belo Horizonte/MG*

Data do Registro: *14/03/2005*

ÚLTIMA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

Número do Registro no livro: *R-2-591, livro A*

Cartório: *Registro Civil das Pessoas Jurídicas*

Data do Registro: *20/07/2006*

Município/ UF: *Brumadinho/MG*

Finalidade da alteração: *mudança endereço da sede e foro*

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA (NO ANO DE 2020)

Diretora Presidente: DSc Jacqueline Elizabeth Rutkowski

Profissão: Engenheira Mecânica, Doutora e Mestre em Engenharia de Produção

CPF: 491.890.696-68 RG: 1.644.256 Órgão Expedidor: SSP/MG

Diretor Financeiro: PhD Vassily Khoury Rolim

Profissão: Engenheiro de Minas, Médico, Doutor e Mestre em Geologia

CPF: 344.199.776-04 RG: M 752.366 Órgão Expedidor: SSP/MG

Diretora Administrativa: Irla Paula Stopa Rodrigues

Profissão: Bióloga, MSc em Ecologia, Doutoranda em Ecologia

CPF: 080696516-95 RG: Órgão Expedidor: SSP/MG

Mandato da atual diretoria:

Início: 18/02/2021 Término: 18/02/2024

Atividades desenvolvidas no biênio 2021/ 2022

Ao longo de sua história, o Instituto SUSTENTAR tem realizado projetos de pesquisa-ação junto às comunidades extratoras de minhocaçu na região de Paraopeba em Minas Gerais e junto aos catadores de materiais recicláveis no Brasil. No biênio 2021/2022 deu-se continuidade a estes projetos, com novos desdobramentos, conforme relatamos a seguir.

Junto às comunidades extratoras de minhocaçu, deu-se continuidade às atividades do Projeto Minhocaçu, o qual vem sendo desenvolvido desde o ano de 2004 e do Projeto Pequi, iniciado em 2013, como um desdobramento do Projeto Minhocaçu. Ambos os projetos são desenvolvidos, desde o ano de 2008 em parceria com o Laboratório de Sistemas Socioecológicos do Departamento de Biologia Geral do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Em relação aos projetos relacionados à reciclagem de resíduos sólidos urbanos, deu-se a continuidade à parceria interinstitucional com o MNCR- Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, INSEA - Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável, WIEGO - Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing, Laboratório FLUXUS da UNICAMP, Núcleo Alternativas de Produção da UFMG e ANCAT - Associação Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis no desenvolvimento de atividades do ORIS - Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária. Um novo projeto de pesquisa, a construção do ATLAS BRASILEIRO DA RECICLAGEM, teve início no ano de 2022, com o intuito de organizar um banco de dados nacional, acessível e confiável, sobre a reciclagem de Resíduos sólidos urbanos no Brasil, conforme relatado neste documento.

Concernente com objetivos relativos ao desenvolvimento territorial sustentável, conforme seu estatuto, em 2019, o Instituto Sustentar se credenciou para Edital de Chamamento Público do Ministério Público do Estado de Minas Gerais para prestar assessoria técnica independente aos atingidos pelo rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão/Jangada, de propriedade da Mineradora Vale S/A no município de Brumadinho/MG. Nesse processo, o Instituto Sustentar se aliou a um antigo parceiro o INSEA e ao Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB), duas instituições sem fins lucrativos também credenciadas para prestar assessoria aos atingidos dos seguintes municípios da bacia hidrográfica do rio Paraopeba: Florestal, Pará de Minas, Caetanópolis, Pequi, Papagaios, Maravilhas, Fortuna de Minas, Paraopeba, Esmeraldas e São José da Varginha. As

atividades da assessoria se iniciaram em 2020 e continuarão ocorrendo até, pelo menos, o ano de 2024.

A seguir apresentam-se resumo das atividades desenvolvidas no âmbito de cada projeto, no biênio 2021/2022.

I. Projeto Minhocoçu

O Projeto Minhocoçu busca o uso sustentado do minhocoçu *Rhinodrilus alatus*. Essa espécie de oligoqueto gigante é utilizada como isca para a pesca amadora há cerca de 80 anos. A região central do estado de Minas Gerais é seu maior centro de comercialização, especialmente os municípios de Paraopeba, Curvelo e Caetanópolis. O uso dessa espécie envolve milhares de pessoas e diferentes atores sociais, dentre eles, uma comunidade quilombola com cerca de 2000 pessoas, onde a extração de minhocoçus é a principal fonte de renda. Inúmeros conflitos sociais, ambientais e institucionais relacionam-se a essa atividade, como captura, acondicionamento e comércio ilegais de fauna silvestre, invasão de propriedades privadas e de unidades de conservação, e uso de fogo durante a extração em áreas de cerrado, pastagens e silviculturas. Tentativas anteriores de supressão desta atividade somente intensificaram os conflitos. O problema socioeconômico persiste devido à grande importância do minhocoçu como fonte de renda.

O Projeto Minhocoçu foi criado no ano de 2004, tendo sido desenvolvido com recursos de várias fontes e vem sendo desenvolvido até o momento. Desde o ano de 2014 o projeto vem contando, em determinados momentos, com o apoio financeiro da Fapemig e do MEC (ProExt 2014), sendo tais recursos financeiros administrados pela Fundep e pelo Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, instituição parceira desde que a coordenadora do Projeto se tornou também, professora da UFMG em 2011.

Estudos de vários tipos vêm sendo realizados em relação à espécie, a fim de embasar a proposta de uso sustentável do animal, como fonte de renda das comunidades que tradicionalmente vivem de sua extração. Além de estudos ecológicos em relação à espécie, em 2014 foi realizada pesquisa junto aos comerciantes de minhocoçu das margens da rodovia BR-040 tendo sido observado que outras iscas têm aumentando em número de venda quando comparadas com o minhocoçu. O que pode ser justificado tanto pelo alto preço de venda das minhocas gigantes, quanto pela baixa disponibilidade na extração que vem sendo percebida ao longo do tempo.

Também vem se realizando estudos visando identificar possíveis impactos das mudanças climáticas na atividade. Foi feito estudo em relação ao regime de chuva na região, uma vez que essa era a causa mais citada em relação a indisponibilidade de minhocoçus para a extração. Esses dados foram relacionados aos de profundidade das câmaras de estivação dos minhocoçus. O padrão de chuvas na área de estudo mudou nos últimos anos, segundo relatos de extratores, e em 2014

houve um adiantamento do início da estivação devido a um evento de seca na região. No período de janeiro a abril desse ano a precipitação total foi cerca de 40-55% inferior aos outros anos de amostragem, o que gerou impactos na cadeia produtiva do minhocaçu. A profundidade média da câmara de estivação no Cerrado variou entre os anos de amostragem e a partir de 2011 as câmaras estão mais profundas em relação aos anos de 2006 e 2010. A construção de câmaras de estivação mais profundas pode ser consequência de alterações climáticas, principalmente na precipitação.

Para o Cerrado, as projeções estimam um aumento na temperatura de 2 a 6°C e uma diminuição de 20 a 50% na precipitação, o que pode interferir nas taxas de sobrevivência e reprodução de *R. alatus*. Logo, as ações de conservação e manejo devem considerar essas incertezas, no contexto do manejo adaptativo, com o objetivo de mitigar os efeitos de mudanças climáticas e minimizar as perdas de serviços ecossistêmicos desempenhados por esses organismos.

Em 2019, iniciou-se a retomada do controle de comércio e o diagnóstico socioeconômico local, que se estendeu até o ano de 2021. As atividades vêm sendo realizadas por alunos do Laboratório de Sistemas Socioecológicos da UFMG com apoio de técnicos do Instituto Sustentar.

No ano de 2020, de janeiro a março, foram realizadas entrevistas com os comerciantes de iscas vivas, com o intuito de analisar os impactos do rompimento da barragem de rejeitos de minério do Córrego Feijão (Brumadinho, MG) na cadeia produtiva de minhocaçu, além de, acompanhar as reuniões do Ministério Público Estadual com os atores sociais.

Em função da pandemia pelo COVID-19, as entrevistas foram interrompidas e serão retomadas em 2021. Ainda em 2020, foram realizadas entrevistas através de formulário online com cerca de 70 pescadores amadores, com o objetivo de investigar se a cadeia produtiva de minhocaçu pode ter sido afetada também pela pandemia. O controle de comércio vem sendo realizado anualmente com o acompanhamento de dois comerciantes.

Durante todo o tempo do Projeto vem-se tentando a regularização da atividade, mas ainda não há decisão definitiva sobre o tema, estando a cargo do IBAMA e dos Ministérios públicos Federal e Estadual (Paraopeba) aprovar, ou não, a regularização do uso dessa espécie pelos extratores. Assim, continua proibido o uso do minhocaçu para extração e comércio, com a atividade de extração não podendo ser descaracterizada enquanto caça, logo, continua proibido o uso do minhocaçu para extração e comércio.

Em 2021, o projeto, em parceria com o Ibama, colaborou na elaboração de uma Instrução Normativa para regulamentação do manejo de *Rhinodrilus alatus* no Estado de Minas Gerais. Essa regulamentação e o consequente plano de manejo serão refletidos em maior estabilidade jurídica e econômica aos extratores e comerciantes, cuja maioria vive em situação de vulnerabilidade, reforçando a

autonomia e sustentabilidade na gestão do território e recursos nele presentes. Entretanto, essa Instrução Normativa segue em tramitação no órgão competente.



Reunião do Ministério Público (MG) com os comerciantes de iscas do Shopping da Minhoca. Janeiro de 2020.

Publicações/Produtos

Produção técnica

ANDRADE, L. M. C. Até Onde Vai A Lama? Impactos do Rompimento da Barragem Córrego do Feijão e da Pandemia COVID-19 na Cadeia Produtiva de Minhocoçu (*Rhinodrilus Alatus*) e Outras Iscas, em Minas Gerais. 2021.
Dissertação (Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

II. Projeto Pequi

O Projeto Pequi – Usos do pequi (*Caryocar brasiliense*) como alternativa de trabalho e renda para a comunidade remanescente de quilombo de Pontinha, Minas Gerais busca avaliar as formas de extração, manejo e usos do pequi em uma área de cerrado

pertencente ao remanescente do quilombo de Pontinha, situado no município de Paraopeba, em Minas Gerais. Desde 2013 estão sendo desenvolvidas ações que consistiram em estudos ecológicos para avaliação da sustentabilidade do extrativismo, cursos de capacitação na comunidade para a produção de alimentos e outros produtos a partir da polpa do pequi e castanha do pequi, formas de organização e arranjos produtivos locais e experimentos sobre germinação de sementes de pequis, visando à produção de mudas para plantio e venda.

Os resultados dos estudos realizados de 2013 a 2016 confirmaram a viabilidade do uso do pequi pela sua elevada abundância e produtividade no território quilombola e pela possibilidade de escoamento da produção. Assim, iniciamos outra fase do projeto: a preparação dos comunitários e a implantação de um unidade produtiva visando garantir trabalho e renda mais permanente. Os comunitários envolvidos participaram de oficinas de trabalho, cursos de capacitação, intercâmbios e produção piloto.

Após a realização dos eventos de capacitação e do intercâmbio na região norte de Minas Gerais, os comunitários iniciaram uma produção piloto, safra 2015/2016 de produtos feitos com pequi em um espaço adaptado na comunidade, onde prepararam: conserva da polpa, óleo da polpa, castanha cristalizada e conserva mista de pequi com broto de bambu, os quais vêm sendo comercializados pela comunidade em caráter experimental.

Todas essas atividades foram realizadas com recursos do projeto “Capacitação e beneficiamento do pequi na comunidade quilombola de Pontinha, MG” que foi aprovado pelo Instituto Sustentar junto ao Instituto Sociedade, População e Natureza, edital Pequenos Projetos Ecosociais em 2015. Em 2016 foi aprovado novo projeto para continuidade das ações na Comunidade, agora financiado pelo mecanismo de doação DGM/FIP/Brasil, administrado pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA/NM).

Em 2017, 2018 e 2019 a equipe acompanhou o beneficiamento dos produtos durante as safras do pequi e investiu na promoção comercial dos mesmos. Como resultado dessas ações, os produtos Pontinha de Sabor foram comercializados nos seguintes mercados na região metropolitana de Belo Horizonte: A Despensa, Almazém, Armazém do Campo, De Lá - Aquilo que é de todo lugar, Empório Grão, Empório Nacional, Horta à Porta e Mercado Grano. Além desses, os produtos são também vendidos para um feirante que participa de várias feiras em Belo Horizonte, como: Feira Terra Viva, Feira Fresca, Feira do MST, Feira Agroecológica da Universidade Federal de Minas Gerais, etc. Em 2019, as vendas contabilizaram aproximadamente de R\$ 12 mil reais e beneficiaram cerca de 8 famílias.

No intuito de garantir um espaço físico, de uso comum, para a instalação da agroindústria, em 2018, a equipe do Projeto Pequi colaborou na elaboração do projeto de lei municipal (Lei nº 2.912/2018) que prevê a concessão de um terreno na comunidade quilombola de Pontinha para instalação da agroindústria de

beneficiamento em forma de contêiner. Em dezembro deste mesmo ano, o projeto foi aprovado na Câmara Municipal de Vereadores de Paraopeba/MG. Também foram articuladas outras necessárias parcerias locais para a instalação da agroindústria, tendo-se negociado com a Prefeitura de Paraopeba a realização das obras de infraestrutura no local da instalação (ex.: pátio, cerca, instalação de padrões, etc. Essas parcerias são essenciais para a viabilidade do projeto.

No ano de 2019, por meio do projeto apoiado via edital DGM/FIP/Brasil foi iniciada, finalmente, a fase operacional para a instalação da agroindústria na comunidade de Pontinha. A construção da unidade iniciou-se em 2020 e a instalação e operacionalização anteriormente prevista para abril de 2020, teve que ser adiada em função da pandemia.

Foram adquiridos também 2 freezers além de insumos para a produção de produtos de pequi em 2019, como rótulos e potes de vidros. A comunitária Marlene Moreira participou de um intercâmbio em Brasília, promovido pelo DGM/Brasil, entre projetos que previam aquisição de agroindústria. O comunitário Renato Moreira participou de um curso de capacitação em energia fotovoltaica também promovido pelo DGM/Brasil entre projetos. Os comunitários participaram também de eventos locais como feiras e encontros, sendo maior destaque dado à participação na Agriminas (Feira da Agricultura Familiar). Nesta feira a marca Pontinha de Sabor teve um stand próprio onde foram vendidos os produtos de pequi desta marca. O evento teve duração de 5 dias e os custos para a estadia dos comunitários em BH foram pagos pela FETAEMG. As vendas foram boas e possibilitaram ampliar, para a capital mineira, a visibilidade dos produtos.

O grupo foi contactado também por uma empresa de cosméticos, Toctus Professional, que tem como princípio o uso de matérias primas da biodiversidade para uma linha de cosméticos profissionais. A matéria prima de interesse foi o óleo de polpa de pequi, extraído em processo totalmente artesanal. Segundo os envolvidos, foi vendido aproximadamente 50 litros de óleo o que muito interessou aos comunitários devido ao bom valor de venda do litro de óleo e pelo repasse direto do dinheiro aos comunitários.

Antes da instalação da Fábrica, em 2019, foram executados pela Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Paraopeba os pátios e passeios de circulação externa, além de toda a base de sustentação estrutural dos containers, e o piso da área de expansão contando ainda com a rede externa de escoamento de efluentes e esgoto sanitário, também realizada pela equipe da prefeitura. Ao todo, foram executados aproximadamente 85,0 m² de pisos e estruturas de concreto e alvenaria pela Prefeitura de Paraopeba.

Em setembro de 2020, obtivemos a Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental para a Fábrica. A fossa para destinação do esgoto sanitário e industrial da fábrica foi construída pelo grupo produtivo em 2021 tendo sido realizada, em

2020, uma campanha de arrecadação de fundos via internet para apoiar essa construção.

Em 2021, o projeto recebeu recursos da FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE - FIOTEC, para a execução das ações do Projeto “COVID-19 NÃO: Ações emergenciais para prevenção e combate à pandemia no quilombo de Pontinha e no Shopping da Minhoca, municípios de Paraopeba e Caetanópolis, Minas Gerais”, contemplado na Chamada Pública de Apoio a Ações Emergenciais junto a Populações Vulneráveis COVID-19, lançado pela FIOCRUZ.

A formalização do grupo produtivo da Pontinha (criação de um CNPJ), é uma das condições necessárias para o registro sanitário da unidade produtiva, a qual está sob a responsabilidade dos membros do grupo produtivo, tendo sido realizadas, em 2022, uma série de oficinas sob a coordenação do Instituto SUSTENTAR para discussão e criação da Associação Pontinha do Sabor.

Visando uma produção cada vez mais sustentável, foram instaladas na agroindústria tecnologias como fossas ecológicas, placas fotovoltaicas e sistema de captação de água de chuva. Atualmente estão sendo instaladas outras tecnologias, como aquecedor solar, sistema de compostagem e biodigestor. Tais melhorias na infraestrutura da fábrica estão sendo acompanhadas de estudos de sustentabilidade, através do acompanhamento de todas as etapas da produção para avaliação de indicadores que permitam diagnosticar os impactos do processo produtivo. Os estudos incluem pesquisas em campo para levantamento das populações de pequi e outras espécies do Cerrado, como cagaita e araticum, visando compreender a viabilidade e impacto do manejo sustentável desses frutos.

O Projeto Pequi segue desenvolvendo atividades de educação ambiental para diferentes públicos, que incluem escolas próximas à comunidade da Pontinha e os próprios comunitários do quilombo, mas também escolas da região metropolitana de Belo Horizonte, além de professores e estudantes universitários, entre outros grupos alcançados pelas ações.

Espera-se que o pleno funcionamento da unidade produtiva aumente para 20 o número de famílias beneficiadas. Hoje estão envolvidas com a produção e comercialização dos produtos cerca de 10 famílias.

As atividades dos projetos relatadas acima são divulgadas periodicamente na página do Projeto Pequi e Minhocucu no *Facebook*: <https://www.facebook.com/pequieminhocucu/?ref=ts&fref=ts>



Membros do grupo produtivo da Pontinha com a chave da unidade de beneficiamento em mãos. Dezembro de 2020



Equipamentos da unidade produtiva de produtos de pequi

Canal do Laboratório Sistemas Socioecológicos no Youtube, disponibiliza conteúdo audiovisual a respeito de suas ações e projetos, incluindo os projetos Pequi e Minhocoçu.

III. Pesquisa “Tecnologia Social da Coleta Seletiva Solidária”

A pesquisa-ação fundamenta-se no reconhecimento¹ do importante papel que o trabalho de coleta de recicláveis realizado formal e informalmente pelos catadores e catadoras em todo o Brasil tem nos marcantes índices de reciclagem de resíduos sólidos urbanos (RSU) que o país ostenta. Há um modo brasileiro de se fazer coleta seletiva forjado pelos catadores em sua prática, ou seja, uma Tecnologia Social de Coleta Seletiva Solidária (TSCSS), a qual, apesar da precariedade em que é realizada e do pouco reconhecimento e apoio que recebe os gestores públicos tem se mostrado eficaz para retirar do lixo volumes expressivos de materiais recicláveis.

Há, na legislação brasileira, um arcabouço legal que permite que o Poder Público municipal contrate associações e cooperativas de catadores como prestadores de serviço de coleta seletiva. Esta autorização legal está em vigor desde o ano de 2007², e alguns municípios brasileiros já utilizam destes serviços na gestão de seus resíduos sólidos. As cooperativas de catadores de materiais recicláveis foram também reconhecidas pelo Ministério do Meio Ambiente como *players* no Acordo Setorial de Logística Reversa de Embalagens em geral, firmado entre este Ministério e uma Coalização de Empresas brasileiras responsáveis por grande parte das embalagens colocadas no mercado brasileiro de consumo³.

Neste programa de Pesquisa, iniciado em 2012, o Instituto SUSTENTAR vem atuando no sentido de sistematizar processos e metodologias⁴ que vêm sendo empregadas nestas experiências de modo a indicar as condições de replicação da Tecnologia Social da Coleta Seletiva Solidária e fornecer elementos para o seu fortalecimento e reconhecimento como parte integrante da gestão de resíduos sólidos urbanos e a sua disseminação.

¹Dentre elas o CEMPRE, o MMA, a ABIPET e vários trabalhos de pesquisa e acadêmicos, tais como Layargues, 2002 e Vieira, 2004. Ver, especialmente, Valor Econômico, 2011, p.28 e p.43

² Quando da aprovação da Política Nacional de Saneamento Básico, - PNSB, Lei 11.445/2007, foi aprovado artigo permitindo a contratação direta, com dispensa de licitação de associações e cooperativas de catadores para a prestação de serviço de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos nos municípios. Entretanto, há registros de catadores sendo remunerados por estes serviços no Brasil desde o ano de 2004 (Parreira, Lima & Varella, 2010)

³ Ver <https://www.governodigital.gov.br/transformacao/cidadania/arquivo-consultas-publicas/arquivo-de-consultas-publicas/Acordo-embalagens-arquivo-completo.pdf>; <https://www.coalizoembalagens.com.br/>, e <http://separenaopare.com.br/>

⁴ Os instrumentos legais e formalidades necessárias para a contratação dos catadores como prestadores de serviços de coleta seletiva nos municípios brasileiros podem ser encontrados em Lima, Francisco P.A (org.), **Prestação de Serviços de Coleta Seletiva por Empreendimentos de Catadores: instrumentos metodológicos para a contratação**. Belo Horizonte/MG, INSEA, 2013.

No período 2021/2022, o Instituto SUSTENTAR prosseguiu apoiando o MNCR nas demandas técnicas relativas às discussões e pareceres relativos às normativas relativas à Logística Reversa de Embalagens no país, tendo participado na elaboração de Proposição de Lei para a Logística Reversa de Embalagens no Estado de Minas Gerais, a qual vem tramitando na ALMG-Assembleia Legislativa de Minas Gerais sob o número Projeto de Lei nº 632/2023, sob autoria da Deputada Leninha/PT-MG.

Em 2022, a pesquisa desdobrou-se no Projeto ATLAS BRASILEIRO DA RECICLAGEM, desenvolvido pelo Instituto SUSTENTAR em parceria com o INSEA, ANCAT e NAP-UFMG, como descrito a seguir.

IV. PROJETO “ATLAS BRASILEIRO DA RECICLAGEM”

O MNCR, por meio da ANCAT e com o apoio técnico do ORIS-Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária, desenvolveu e lançou durante a última edição da EXPOCATADORES 2022, realizada em dezembro de 2022 em São Paulo, o ATLAS BRASILEIRO DA RECICLAGEM, cujo objetivo é organizar e oferecer dados seguros e rastreáveis sobre os materiais coletados e encaminhados para a reciclagem no país, registrando suas origens e, ao mesmo tempo, os atores, formais e informais, que atuam na cadeia da reciclagem de RSU.

O Instituto SUSTENTAR compõe a coordenação técnica do ATLAS, tendo disponibilizado para o trabalho uma de suas associadas (pesquisadora sênior) e uma assistente de pesquisa. Participam também da coordenação técnica do ATLAS BRASILEIRO DA RECICLAGEM dois outros representantes do ORIS, um pesquisador sênior do NAP/UFMG e uma pesquisadora do INSEA.

O ATLAS BRASILEIRO DA RECICLAGEM tem como foco retratar a produção na cadeia de reciclagem dos diferentes materiais, e, ao mesmo tempo, oferecer, a partir de análises qualificadas dos dados, um panorama da situação da reciclagem e dos principais desafios e possíveis soluções para o desenvolvimento da reciclagem no Brasil, possibilitando a reflexão sobre políticas, estratégias e ações necessárias para promover a reciclagem.

Organizado na forma de uma plataforma web, o ATLAS é, e pretende se tornar cada vez mais com atualizações anuais, um repositório de informações confiáveis sobre a reciclagem dos diferentes materiais, disponibilizadas a pesquisadores/as, Poder público, empresas e outros atores interessados no desenvolvimento da reciclagem de resíduos, servindo, também como instrumento de informação e educação ambiental ao público em geral.

Inicialmente o ATLAS foi construído com a agregação de dados e informações sobre a reciclagem organizadas em diferentes sistemas, que, até então não dialogavam entre si, tais como os dos diversos programas de LR de embalagens, o SNIS, e

programas públicos de promoção da reciclagem, como o Programa Bolsa Reciclagem do Estado de MG, dentre outros. Assim, em seu ano I, o ATLAS apresenta dados provenientes dos maiores Programas estruturantes de LR de embalagens hoje vigentes no Brasil (Programa Dê a Mão para o Futuro, Programa Reciclar pelo Brasil, Coalização Embalagens, CEMPRE/Ciclosoft, MAPA.SA), de três programas públicos de promoção da reciclagem inclusiva (Programa Bolsa Reciclagem/MG, Programa Bolsa Catador/CE e Programa de Coleta Seletiva/SLU-DF), além de dados fornecidos pelo setor intermediário da cadeia da reciclagem (ANAP- Associação Nacional dos Aparistas) e de dados provenientes da indústria (ABIVIDRO, TETRAPAK, ABIPLAST, ABEAÇO, RECICLALATAS).

Além de dados compilados em uma plataforma web, acessível neste [link](#), o ATLAS BRASILEIRO DA RECICLAGEM se compõe também de um relatório, também disponível para download, em que os dados são analisados, por um time de especialistas, formado por pesquisadores e acadêmicos de renomadas universidades brasileiras e também consultores, apresentando uma análise geral da reciclagem no Brasil, baseada nos números constantes no Banco de Dados do ATLAS. Estes números também subsidiam um capítulo dedicado a discussão e sugestão de estratégias para impulsionar a reciclagem em nosso país.

O ATLAS BRASILEIRO DA RECICLAGEM se constitui num banco de dados vivo, a ser atualizado anualmente, e completado, a cada ano, com dados de novos atores. Cópias do relatório produzido com os dados do Ano I, forem entregues pela representante do Instituto SUSTENTAR, ao Presidente LULA, ao futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, à futura ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e à Presidenta do PT, Gleisi Hoffman, como subsídio às políticas de fomento à reciclagem reivindicadas ao novo Governo pelo MNCR.



Banner de lançamento do ATLAS BRASILEIRO DA RECICLAGEM durante a EXPOCATADORES 2022, em São Paulo.

V. Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária

O Observatório da Reciclagem Inclusiva Solidária (ORIS) é integrado por representantes dos catadores e das redes de associações, técnicos de apoio e ONGs, pesquisadores e acadêmicos de instituições universitárias, representantes de instituições públicas e forças políticas simpatizantes do MNCR e da causa ambiental, que constituem uma rede que se construiu em torno da coleta seletiva e reciclagem solidárias, como alternativa sociotécnica ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

Participam do Observatório além do Instituto Sustentar, o INSEA- Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável, o MNCR, o Laboratório Fluxus, da UNICAMP, o Núcleo Alter-Nativas de Produção / EEUFMG, a WIEGO- Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing, o MNCR, a ANCAT, e o NUPGS/PUC-MG.

No período de 2021/2022, o Instituto SUSTENTAR, como resultado da pesquisa realizada na Universidade de Leeds sobre o tema, participou de atividades da Aliança Global de Catadores – GlobalREC, representando o ORIS nas discussões a respeito da participação e reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis nas políticas mundiais de Responsabilidade Estendida dos Produtores (REP), tendo participado efetivamente na elaboração do documento final que vem subsidiando a participação dos catadores/as e seus apoiadores nas negociações globais e torno

do tema, desde então. Também apoiamos no MNCR em oficina Brasil_India sobre REP-Embalagens, realizada sobre o tema em 03/03/2021. Apoiou também a participação dos catadores brasileiros no workshop organizado pela ONG inglesa TEARFUND, para discussão de transição justa para um acordo global de plásticos “Fair Partnerships in the Plastics Waste Sector: Virtual Workshop”, ocorrida entre 27 e 29 de Abril de 2021. Os documentos produzidos com a colaboração do SUSTENTAR podem ser acessados em <https://epr.globalrec.org/>

Realizamos também, quatro diferentes oficinas com lideranças de catadores no Mato Grosso do Sul, Espírito Santo (em 28/04/2021), Amazonas (10/05/2021) e Minas Gerais para discutir o que é a Logística Reversa de Embalagens e como os catadores e suas organizações deveriam participar dela.

Acompanhamos também as reuniões da Frente Alternativas à Incineração e da rede Internacional GAIA, além de acompanhar, colaborar e fazer parte do conselho editorial do ANUÁRIO DA RECICLAGEM, até o ano de 2021, um projeto de responsabilidade da ANCAT- Associação Nacional dos Catadores.

Em 2022, participamos ativamente das discussões lideradas pelo MNCR e que embasaram a elaboração e promulgação dos decretos federais 11.413, que regulamenta a Logística Reversa de Embalagens no Brasil e 11.414, que recupera programa de apoio a inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras nas políticas públicas federais, ambos editados em fevereiro de 2022.

V- Assessoria Técnica Independente para os atingidos pelo rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão da VALE S.A. em Brumadinho/MG na Região 3

Em maio de 2019, o Instituto Sustentar se credenciou para Edital de Chamamento Público do Ministério Público do Estado de Minas Gerais para prestar assessoria técnica independente aos atingidos pelo rompimento da barragem I da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho/MG, Região 3, a qual compreende os seguintes municípios da bacia hidrográfica do rio Paraopeba: Florestal, Pará de Minas, Caetanópolis, Pequi, Papagaios, Maravilhas, Fortuna de Minas, Paraopeba, Esmeraldas e São José da Varginha.

Nesse processo, o Instituto Sustentar se aliou a outras duas instituições sem fins lucrativos também credenciadas para prestar assessoria aos atingidos da Região 3: Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB) e Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA).

Nessa aliança, definiu-se que o NACAB seria a instituição que, por critérios normativos, apresentaria o CNPJ para a processo seletivo no qual havia outras entidades concorrentes. Em junho de 2019, os atingidos da Região 3 escolheram o

NACAB como assessoria técnica independente (ATI-R3). A assessoria técnica é uma forma de propiciar aos atingidos a participação ativa, efetiva e bem informada para o acompanhamento dos processos de implantação dos programas de reparação integral relativos ao rompimento da barragem.

Após a seleção em julho de 2019, foram iniciadas oficinas participativas com os atingidos, tendo o Instituto Sustentar se responsabilizado conjuntamente pela organização dessas atividades, mobilização das comissões de atingidos, levantamento e estruturação das demandas dos atingidos, o que culminou na elaboração do Plano de Trabalho da ATI-R3, documento esse que foi aprovado pelos atingidos e pelas Instituições de Justiça, que são as contratantes, e cuja execução se iniciou em abril de 2020.

Na ATI-R3, a equipe técnica do Instituto Sustentar compõe a coordenação geral do projeto, sendo também responsável pela execução de parte das atividades de cunho socioambiental, as quais englobam: diagnóstico dos danos causados pelo rompimento sobre fatores bióticos e abióticos, diagnóstico territorial socioambiental, mapeamento e descrição dos conflitos socioambientais gerados ou intensificados pelo rompimento, diagnóstico dos comprometimentos ao abastecimento de água, estudo sobre riscos de cheias, acompanhamento de estudos como análises de solo e avaliação toxicológica da ictiofauna.

Além dessas ações, a equipe do Instituto Sustentar auxilia no tratamento de demandas dos atingidos, na estruturação de processos formativos para atingidos e demais membros da ATI-R3, no acompanhamento e quesitação das propostas de estudos a serem executados pelo Comitê Técnico-Científico da UFMG e na interlocução com atores externos (ex.: Instituições de Justiça; Coordenação Metodológica Finalística-PUC; Comitê Pró-Brumadinho, outras ATIs - Instituto Guaicuy e AEDAS) acerca de temáticas socioambientais.

Brumadinho, janeiro de 2023.